

Título	Choque de realidade
Veículo	DCI
Data	06 Novembro 2013
Autor	Claudio J. D. Sales

Artigo



CLAUDIO J. D. SALES
tania.regina@acendebrasil.com.br

Choque de realidade

O planejamento precisa contribuir para uma nova modelagem dos leilões de energia no País

Os leilões para geração e transmissão de energia associados a contratos de longo prazo têm produzido bons resultados e assegurado a financiabilidade aos projetos. Mas é preciso revisar alguns princípios da atividade de planejamento e contemplar atributos adicionais na modelagem dos leilões para evitar desequilíbrios que elevam o custo e comprometem a confiabilidade do suprimento. A publicação dos Planos Decenais de Energia (PDEs) está longe de endereçar estas questões.

As discrepâncias na matriz elétrica previstas de ano a ano pelos últimos PDEs demonstram as limitações destes planos. Tais discrepâncias são naturais e esperadas quando a expansão é promovida por múltiplos agentes atuando num regime concorrencial. Isto dito, não seria melhor se os planejadores governamentais alterassem seu foco atual – de produção de planos – e passassem a concentrar sua atuação na redefinição de diretrizes que promovam a expansão da oferta de energia com base no reconhecimento de desafios reais que têm sido detectados e que sejam voltados à revisão da modelagem dos leilões?

Há várias revisões necessárias. Como exemplo, os leilões atuais buscam assegurar o balanço estrutural entre a oferta (por meio das chamadas “Garantias Físicas” das usinas) e a demanda consolidada do Sistema Interligado Nacional. No entanto, o balanço estrutural global não garante o equilíbrio nos subsistemas regionais do país (Norte, Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste), desequilíbrio que acaba comprometendo a confiabilidade de suprimento e exigindo investimentos adicionais em transmissão. Leilões regionais – anunciados com grande antecedência para proporcionar tempo suficiente de preparação de projetos que garantam ampla competição – seriam uma possível resposta a este desafio.

Outro problema que requer atenção se refere aos atributos competitivos valorados nos leilões. Embora os benefícios proporcionados pela agregação de mais capacidade sejam parcialmente captados pela elevação

da Garantia Física atribuída ao empreendimento, há uma série de outros benefícios que não são reconhecidos nos leilões, como, por exemplo, a flexibilidade operacional da usina para acionamento sob demanda e a complementariedade proporcionada pela sazonalidade da produção de energia de fontes como eólica e biomassa.

O desafio acima fica mais tangível com números. No horizonte 2012-2021, projeta-se um crescimento do consumo ao redor de 3,9% ao ano, enquanto a taxa de crescimento de demanda máxima (“demanda de ponta”) é de 4,4% ao ano. Esta tendência é acentuada com a incorporação de fontes intermitentes como eólica e solar. Tal descompasso acaba gerando a necessidade de maior acionamento de termelétricas de alto custo operacional pelo Operador Nacional do Sistema.

Para amenizar esta necessidade, os leilões deveriam passar a valorizar a flexibilidade operacional (ou “despachabilidade”) das usinas.

Há várias alternativas para promover a flexibilidade, entre as quais a diferenciação dos chamados “produtos” dos leilões. A diferenciação permitiria uma valorização das usinas que melhor atendem às necessidades do sistema. Como exemplos, diferenciar entre produtos “seco ou úmido” valorizaria a regularização sazonal promovida pela usina e diferenciar entre produtos “ponta e base” valorizaria a despachabilidade da usina. A diferenciação de produtos, por sua vez, incentivaria a contratação de projetos que tornar-se-iam mais competitivos: adição de unidades geradoras em hidrelétricas, inserção de termelétricas a biomassa que geram no período seco, ampliação da participação de termelétricas flexíveis etc.

Um choque de realidade é necessário para que o planejamento seja mais pragmático e contribua para uma nova modelagem dos leilões a fim de que os mesmos se mantenham como indutores de uma expansão previsível, competitiva e segura de nossa matriz elétrica.

Os leilões para geração e transmissão de energia associados a contratos de longo prazo têm produzido bons resultados e assegurado financiabilidade aos projetos. Mas é preciso revisar alguns princípios da atividade de planejamento e contemplar atributos adicionais na modelagem dos leilões para evitar desequilíbrios que elevam o custo e comprometem a confiabilidade do suprimento. A publicação dos Planos Decenais de Energia (PDEs) está longe de endereçar estas questões.

As discrepâncias na matriz elétrica previstas de ano a ano pelos últimos PDEs demonstram as limitações destes planos. Tais discrepâncias são naturais e esperadas quando a expansão é promovida por múltiplos agentes atuando num regime concorrencial. Isto dito, não seria melhor se os planejadores governamentais alterassem seu foco atual - de produção de planos - e passassem a concentrar sua atuação na redefinição de diretrizes que promovam a expansão da oferta de energia com base no reconhecimento de desafios reais que têm sido detectados e que sejam voltados à revisão da modelagem dos leilões?

Há várias revisões necessárias. Como exemplo, os leilões atuais buscam assegurar o balanço estrutural entre a oferta (por meio das chamadas "Garantias Físicas" das usinas) e a demanda consolidada do Sistema Interligado Nacional. No entanto, o balanço estrutural global não garante o equilíbrio nos subsistemas regionais do país (Norte, Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste), desequilíbrio que acaba comprometendo a confiabilidade de suprimento e exigindo investimentos adicionais em transmissão. Leilões regionais -anunciados com grande antecedência para proporcionar tempo suficiente de preparação de projetos que garantam ampla competição - seriam uma possível resposta a este desafio.

Outro problema que requer atenção se refere aos atributos competitivos valorados nos leilões. Embora os benefícios proporcionados pela agregação de mais capacidade sejam parcialmente captados pela elevação da Garantia Física atribuída ao empreendimento, há uma série de outros benefícios que não são reconhecidos nos leilões, como, por exemplo, a flexibilidade operacional da usina para acionamento sob demanda e a complementariedade proporcionada pela sazonalidade da produção de energia de fontes como eólica e biomassa.

O desafio acima fica mais tangível com números. No horizonte 2012-2021, projeta-se um crescimento do consumo ao redor de 3,9% ao ano, enquanto a taxa de crescimento de demanda máxima ("demanda de ponta") é de 4,4% ao ano. Esta tendência é acentuada com a incorporação de fontes intermitentes como eólica e solar. Tal descompasso acaba gerando a necessidade de maior acionamento de termelétricas de alto custo operacional pelo Operador Nacional do Sistema. Para amenizar esta necessidade, os leilões deveriam passar a valorizar a flexibilidade operacional (ou "despachabilidade") das usinas.

Há várias alternativas para promover a flexibilidade, entre as quais a diferenciação dos chamados "produtos" dos leilões. A diferenciação permitiria uma valorização das usinas que melhor atendem às necessidades do sistema. Como exemplos, diferenciar entre produtos "seco ou úmido" valorizaria a regularização sazonal promovida pela usina e diferenciar entre produtos "ponta e base" valorizaria a despachabilidade da usina. A diferenciação de produtos, por sua vez, incentivaria a contratação de projetos que tornar-se-iam mais competitivos: adição de unidades geradoras em hidrelétricas, inserção de termelétricas a biomassa que geram no período seco, ampliação da participação de termelétricas flexíveis etc.

Um choque de realidade é necessário para que o planejamento seja mais pragmático e contribua para uma nova modelagem dos leilões a fim de que os mesmos se mantenham como indutores de uma expansão previsível, competitiva e segura de nossa matriz elétrica.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)